
Visibilidades e invisibilidades no especial de 30 anos do caso Ana Lúcia Braga nas páginas do *Correio Braziliense*¹

Ana Beatriz Nogueira JUSTINO²
Karina GOMES BARBOSA³
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Resumo

O presente artigo analisa uma matéria do especial de 30 anos do assassinato de Ana Lúcia Braga, feita pelo jornal *Correio Braziliense* e publicado no dia 07 de setembro 2003 em formato impresso. Utilizando como parâmetros gênero, infância, imaginário social, critérios de noticiabilidade e sensacionalismo, a investigação se detém na representação da menina nas páginas do jornal durante as efemérides de sua morte. Isso possibilita a observação dos imaginários sociais criados e circulados pelo caso e o tratamento recebido pela vítima durante a rememoração de seu assassinato. Além disso, discutimos os regimes de visibilidade de infanticídios sem resolução, pensando na concepção do que é ser menina a partir do caso Ana Lúcia Braga.

Palavras-chave: infanticídio; menina; infância; critérios de noticiabilidade; efeméride.

Introdução

Esse artigo é uma das produções que advêm de pesquisa de Iniciação Científica (IC) da autora, sob orientação da professora Karina Gomes Barbosa, que investiga a cobertura do *Correio Braziliense* (CB) acerca do assassinato de Ana Lúcia Braga. Ao pesquisar a cobertura jornalística de meninas assassinadas, produzimos artigos sobre o caso de Maria, a “Menina Sem Nome” (Gomes Barbosa; Santana, 2024), a análise das capas do primeiro mês dos casos de Ana Lúcia Braga e Miriam Brandão nos jornais *Correio Braziliense* e *Estado de Minas* (Justino, Silva e Gomes Barbosa, 2025) e a análise de duas produções audiovisuais sobre Ana Lúcia e Miriam (Silva, Justino e Gomes Barbosa, 2025), com uma perspectiva gendrada em intersecção com a infância.

Ana Lúcia Braga foi assassinada em 1973, aos sete anos, em Brasília. Na ocasião, o *Correio* fez uma intensa cobertura a respeito da investigação do caso e do julgamento dos acusados, que foram absolvidos. A partir da cobertura do jornal conhecemos a trajetória de morte violenta de Ana Lúcia – porém, pouco sabemos sobre

¹Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 22ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 49º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduanda em jornalismo na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), pesquisadora com bolsa de Iniciação Científica (Ufop) e integrante do Projeto Ariadnes, anogueirajustino@gmail.com.

³ Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Doutora em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB). Orientadora do trabalho, karina.barbosa@gmail.com.

Ana em vida. Partindo do *corpus* analisado na pesquisa, foi possível identificar que o jornalismo relembra casos brutais, tidos como misteriosos e sem solução, mesmo que esse caso não tenha mais atualizações. As efemérides da morte de Ana Lídia são recuperadas de cinco em cinco anos pelo *Correio Braziliense*. Também identificamos que o passar dos anos não garante uma cobertura jornalística humanizada e/ou com perspectivas de gênero e infância.

Compreendendo o jornalismo como um criador e receptor de significações no imaginário social (De Mello, 2012), e que para fazer isso se utiliza de técnicas narrativas (Soares, 2022) e critérios de noticiabilidade (Silva, 2005), este artigo pretende analisar uma reportagem jornalística publicada no *CB* em 2003, ano que marcou os 30 anos do infanticídio de Ana. O objetivo é entender se a menina foi apresentada e tratada de forma ética e humana nas duas páginas que recordam seu assassinato. Para isso, utilizamos o protocolo metodológico da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) proposta por Gislene Silva e Flávia Maia (2011), que tem como pretensão analisar o produto a partir das marcas presentes nele por sua produção.

O caso Ana Lídia Braga

A filha caçula de Álvaro Braga e Eloyza Rossi Braga foi deixada por eles na porta do Colégio Madre Carmen Sallés, no Plano Piloto de Brasília, para uma aula de reforço no dia 11 de setembro de 1973. Ao buscá-la, a empregada doméstica da família, Rosa, descobriu que a menina não assistiu às aulas. Ana foi vista saindo da escola com um homem alto, loiro e magro. Sua primeira aparição no *CB* foi no dia seguinte (12/09/1973), mesmo dia em que a família recebeu um pedido de resgate pelo sequestro, que não foi pago. O corpo de Ana Lídia foi encontrado ainda nesse dia, no período da tarde, em um matagal próximo à Universidade de Brasília, com sinais de tortura e estupro.

Durante as investigações, o foco, que também se tornou o enquadramento principal para o jornal, foi o uso de drogas, já que se acreditava que Ana foi assassinada para pagar uma dívida de substâncias ilícitas feita por seu irmão (Silva, 2013). Crime ocorrido em plena ditadura militar, o sentido moral de um desvio do vício em drogas, aliado a uma suposta falta de segurança na cidade causada por tráfico e consumo de entorpecentes, capturou os sentidos do crime, suscitando discursos ao mesmo tempo

moralizantes e repressivos. Enquanto isso, a dimensão política do crime foi escamoteada – havia suspeitas do envolvimento de filhos de políticos proeminentes da época no caso.

Muitos suspeitos foram apontados pelas investigações, mas foram levados a julgamento apenas Raimundo Lacerda Duque, que trabalhava com Eloyza Rossi Braga, e Álvaro Henrique Braga, irmão mais velho da vítima; eles foram absolvidos das acusações por falta de provas. A cobertura se estendeu pela investigação do caso e julgamento dos suspeitos, reemergindo até os dias atuais. Ana se transformou em santa popular na cidade; seu túmulo é um dos mais visitados do cemitério Campo da Esperança no dia de Finados. Além de santa, um parque infantil é batizado com seu nome na capital.

Justino, Silva e Gomes Barbosa citam Joelma Rodrigues da Silva para tentar abarcar outra faceta do crime, como ele afetou a cidade:

Pelas particularidades do crime, que chocou a ordem social da cidade de Brasília, o caso Ana Lídia, segundo Joelma Rodrigues da Silva (2013, p. 61), se torna único na memória da capital do Brasil, “criando do crime, a santa”. A autora defende também que a santificação de Ana Lídia se dá para que o “bem vença o mal” e o social fique menos horrorizado com o acontecimento. (Justino, Silva e Gomes Barbosa, 2025, p. 5)

Enquadramos o caso como um infantomocídio, que é caracterizado como a “morte de uma menina, menor de 18 anos, por razões de gênero” (Téllez, 2021, p. 16, trad. nossa). Quando o corpo de Ana Lídia foi encontrado, ela estava com os cabelos cortados rente a cabeça, característica condizente com crimes por razão de gênero, em que, geralmente, se atinge o corpo feminino em locais que reforçam os estereótipos de gênero e em locais que podem tirar sua identidade. Além disso, a violência sexual é considerada teórica e judicialmente um marcador de crimes de ódio contra as mulheres. Essa dimensão, contudo, foi apagada da cobertura de Ana Lídia, bem como a dimensão da infância.

Narrativas jornalísticas

O jornalismo é um dos criadores de significados no mundo. Segundo De Mello, imaginário social é quando algo ou alguém cria “uma atividade de simbolização do mundo dentro de domínios de práticas sociais” (2012, p. 12), como a arte, a política, a religião e o jornalismo – nosso foco. No caso Ana Lídia, os discursos que rondam seu

assassinato criam imaginários sobre a menina, os entorpecentes e os criminosos que a mataram.

Segundo Moraes, o jornalismo cria um mundo para quem o lê: “É um lugar construído, organizado e técnico que nos ajuda tanto a pensar nosso cotidiano e a hierarquizar nossas escolhas quanto também nos diz, por exemplo, quem são as pessoas e lugares que valem mais — e, portanto, as pessoas e lugares que valem menos” (Moraes, 2022, p. 22). As hierarquias de informação criadas pelo fazer jornalismo moldam, com seu discurso, o imaginário social. Soares (2022, p. 92) caracteriza discurso como “qualquer manifestação expressiva por meio da linguagem”, incluindo as imagens, o audiovisual e outras linguagens.

Soares (2022) também defende que a narrativa é contada a partir de três elementos, que se relacionam entre si: os personagens, a fábula e a narração, unindo quem se fala, do que se fala e como se fala, respectivamente. A relação dos três cria discursos que “instituem a realidade social” (Soares, 2022, p. 93) sobre acontecimentos factuais, como é o caso do jornalismo. As significações feitas pelo jornalismo podem compreender diversas classes sociais, gêneros e idades, e cada uma dessas categorias será narrada pelas notícias de uma forma, já que, segundo De Mello, “essas representações sociais são produzidas historicamente e possuem como objetivo a construção de uma consciência e um mundo interno compartilhado pela maioria dos membros de uma sociedade” (2012, p. 8).

Segundo Gomes Barbosa e Santana (2026), a visibilidade jornalística dada a assassinatos de meninas está ancorada em marcadores de classe e raça, principalmente, aqueles “envoltos em mistério” (p. 2). A brutalidade do crime é outro critério que faz emergir esse tipo de violência no jornalismo. Ao analisarem o caso de Maria, a menina sem nome⁴, Gomes Barbosa e Santana questionam quais meninas são passíveis de ganhar destaque no jornalismo:

há corpos que estão sob risco de ter seu pertencimento ao gênero questionado a qualquer momento – sobretudo, corpos não brancos ou com performances divergentes de feminilidades hegemônicas. Além disso, há corpos que não se identificam com o sexo atribuído ao nascimento. Nesse contexto, o

⁴ Maria foi mistificada em Pernambuco e acredita-se que ela, assim como Ana Lúcia, realiza milagres. Foi uma menina, negra e em situação de abandono, assassinada no Recife. O caso gerou muita repercussão na época pela visibilidade dada pelo jornalismo e apelo social, mas atualmente é pouco mobilizado pela imprensa.

jornalismo também se constitui como uma tecnologia de gênero importante para a construção da categoria menina, ao visibilizar certas narrativas, imagens e estereótipos, ora conformando-se à norma, ora afastando-se desta. (Gomes Barbosa e Santana, 2026, p. 7)

E é possível visualizar esses marcadores de raça e classe na intensidade da cobertura do caso analisado. Ana Lídia era uma garota branca, loira e de classe média-alta; seus atributos físicos reforçam traços angelicais, e o que é angelical costuma a ser associado à inocência, especialmente de crianças. Butler (2020) também defende que o direito ao luto social e ao reconhecimento como humano é dado a alguns corpos e negado a outros por critérios estereotipados de humanização – raça, gênero, sexualidade, classe, entre outros.

A infância, que é uma das interseccionalidades que perpassam a história do assassinato de Ana Lídia, também é alvo do imaginário social. Furtado e Doretto (2020), em sua pesquisa, analisam crianças e adolescentes no jornalismo, e como resultados encontram poucas representações na imprensa em que as vozes infantis sejam ouvidas. Muitas vezes, segundo as pesquisadoras, suas falas são mediadas por pais, responsáveis ou instituições. Furtado e Doretto (2020) ainda discutem como as crianças são retiradas de discussões políticas que as envolvem e, muitas vezes, não são vistas como cidadãs, e o jornalismo reforça esses “padrões sociais” (p. 35).

Nesse caso, a falta de crianças nas coberturas cria, igualmente, narrativas sobre essa faixa etária, já que como dito por Gomes (2021), o silêncio cria significações implícitas. “Por deixar de informar ou elucidar questões, ele reforça, consequentemente, o lado mostrado e a rejeição/apagamento dos fatos silenciados” (Gomes, 2021, p. 209). A ausência de crianças no jornalismo reforça o imaginário social de que se trata um ser em construção e não completo o suficiente para ganhar suas próprias narrativas. Porém, quando elas saem dos regimes de invisibilidade são estereotipadas, assim como defendem Doretto e Furtado:

a mídia trata a criança, de forma geral, a partir de uma espécie de dicotomia: o ser inocente que deve ser protegido, cuidado; e, em oposição, o delinquente que “quebra” e transgride o papel esperado para essa fase da vida (infantilidade como ingenuidade). (Doretto e Furtado, 2018, p. 5)

A menina estudada por esse artigo também é atravessada pelo gênero. Os estereótipos empregados no caso da criança com características do gênero feminino são

ligados à fragilidade e inocência dessas vidas, e o jornalismo utiliza as emoções que podem ser provocadas por essas generalizações. Segundo Silva, Justino e Gomes Barbosa (2025, p. 4), “meninas – mas nem todas as meninas – são frequentemente representadas de maneira a evocar emoções específicas, como a proteção e a vulnerabilidade, o que influencia diretamente o modo como suas histórias são contadas e compreendidas”.

O gênero de Ana Lúcia cria, ainda, o volume de matérias da cobertura sobre seu caso, já que a imprensa tende a dar visibilidade a meninas em situações consideradas incomuns ou desviantes a uma certa ideia de infância, mesmo que se repitam várias vezes, como assassinatos e violência, fato que ocorre também na cobertura sobre mulheres assassinadas. Como afirmam Filippo, Borges e Filho:

Casos de violência de gênero parecem ser enquadrados como pequenos acontecimentos, previsíveis nos scripts dos noticiários, abordados mais ou menos da mesma maneira, por meio de uma visada que evita maiores complexificações e silencia certas discussões. (2020, p. 84)

O caso de Ana Lúcia Braga, assim como o de Miriam Brandão, assassinada em 1992, aos cinco anos em Belo Horizonte, após um sequestro, e de Maria, a “menina sem nome”, assassinada em 1970 no Recife, e muitos outros casos de violência contra meninas são relatados nos noticiários como casos isolados e possuem muita visibilidade pela brutalidade dos assassinatos, acionando o critério de noticiabilidade de tragédia, e enquadrados como tragédias espetaculares – além do aspecto do mistério, evocado já no título. Critérios de noticiabilidade, como definido por Silva (2005, p. 97), são: “[...] atributos que orientam principalmente a seleção primária dos fatos – e, claro, que também interferem na seleção hierárquica desses fatos na hora do tratamento do material dentro das redações”.

É por meio desses critérios que se separa o que será ou não pauta a ser apurada pelo jornal; os critérios de noticiabilidade também são uma forma de criar e apagar visibilidades midiáticas, já que, se um fato está nas páginas do veículo, outro fato não recebe cobertura por ser considerável menos noticiável. Esses critérios podem ser definidos, como dito por Silva (2005), por muitas características, como qualidade do material, características do fato, fatores políticos, sociais, entre outras réguas de destaque. A escolha não para na temática do fato (Silva, 2005), adentra na organização

do próprio material, já que a redação ainda escolhe o que é passível de estar na capa, o que se localiza nos quadrantes inferiores – menos valorizadas em relação às chamadas na parte superior pelo contrato de leitura da esquerda para direita e de cima para baixo – e o que vai para cada editoria (Silva, 2005).

Elementos como catástrofes, negativismo, drama, monstruosidades já apareciam como “valores-notícias” desde o século XVII, como aponta Silva. Dois macro-valores-notícia⁵ organizados por Silva (2005) são tragédia/drama, raridade e justiça, e alguns de seus micro-valores-notícias são: morte, emoção, violência/crime (tragédia/drama); incomum, inusitado (raridade); e julgamentos, investigações, decisões judiciais (justiça). O assassinato de Ana tem mais de um valor-notícia, portanto ganha ainda mais visibilidade e, se apresentando nas páginas dos jornais, contribui com a criação de imaginários sociais sobre essa menina.

O assassinato completa 30 anos

No ano de 2003 se completaram 30 anos do assassinato de Ana Lídia Braga e o *Correio Braziliense* reservou quatro páginas do impresso para lembrar a menina. A análise a seguir será sobre a matéria que ocupa duas páginas desse especial. A reportagem, assim como outras matérias das efemérides da morte de Ana, são uma reconstituição da cobertura feita pelo *CB* na época do acontecimento. É válido ressaltar que nas análises das efemérides feitas durante a pesquisa, o design dos especiais é alterado: no marco de 30 anos são utilizadas a cor azul escuro e pétalas de rosa vermelha; as de 40 e 45 anos remetem a papel de jornal antigo e a de 50 anos faz referência ao céu.

Ao longo das duas páginas de 2003 existem sete imagens e apenas uma, pequena, é de Ana Lídia. Uma das imagens, meramente ilustrativa, é de uma boneca em cima de cadernos e lápis de cor, fazendo uma referência a sua boneca, caderno e lápis que estavam próximos ao local onde o corpo foi encontrado, mas a boneca está jogada de qualquer jeito – como se também fosse um corpo. Ademais, a matéria escrita por Rovênia Amorim, repórter do *Correio Braziliense* em 2003, é um apanhado do caso, acionando as matérias do próprio jornal como fonte documental. Com acesso aos laudos

⁵ Gislene Silva caracteriza em sua obra macro-valores-notícia que abarcam micro-valores-notícia. Como exemplo os macro podem ser: governo, justiça, raridade, que abarcam valores-notícia mais centrados no fato, como: viagens, denúncias, inusitado, respectivamente.

do Instituto de Medicina Legal e do Instituto de Criminalística, a repórter recria, com detalhes, o assassinato, a investigação e o julgamento do caso Ana Lúcia, transformando o caso em uma narrativa dramática.



Imagem 1: Reportagem especial de 30 anos de falecimento de Ana Lúcia no *Correio Braziliense*, no dia 07/09/2003. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Um dos critérios de noticiabilidade sugeridos por Silva (2005) é a emoção, que pode ser traduzida jornalisticamente de muitas formas; uma delas é o sensacionalismo, caracterizado como uma produção que provoca sensações. Segundo Enne (2009), o jornalismo sensacionalista foi utilizado em seu princípio para transgredir regras sociais burguesas e acabou se consolidando como um formato narrativo, bebendo de fontes como o gótico, o horror, a fantasia e a pornografia. Enne (2009, p. 71) lista alguns fatores que podem ser analisados em uma produção de sensações, como “a ênfase em temas criminais ou extraordinários, enfocando preferencialmente o corpo em suas dimensões escatológica e sexual”; marcas da oralidade no texto; e “utilização de

estratégias editoriais para evidenciar o apelo sensacional: manchetes “garrafais”, muitas vezes seguidas por subtítulos jocosos ou impactantes”.

A construção do “mistério” sobre o caso tem suas raízes no desconhecido. A falta de punição dos assassinos, com a absolvição de Álvaro Henrique Braga e Raimundo Duque, permite a criação de suposições sobre os criminosos. No especial, o enigma sobre o caso se inicia na manchete e continua na primeira página, com uma crônica com o seguinte título: “O que fizeram com você, menina?” e permanece na reportagem analisada.

A narrativa se encaminha para a explicação do crime de forma cronológica. A repórter narra os dias até a descoberta do corpo, pormenorizando o cotidiano da família. O texto descreve que o pai de Ana, Álvaro Braga, estava chupando laranja quando soube do desaparecimento da filha. Por meio das palavras, o drama é construído no imaginário do leitor. “Às 12h do dia seguinte, três policiais descobrem o corpo de Ana Lúcia. O agente Antônio Moraes de Medeiros conta que estava sentado, rezando, quando um rato passa e entra numa toca, com sinais de ter sido remexida recentemente” (Amorim, 2003, p. 28). Depois da atmosfera de suspense, somos apresentadas ao intertítulo: “Dezessete horas com o estuprador” (Amorim, 2003, p. 28), no qual a repórter descreve, em detalhes⁶, como Ana Lúcia foi morta e estuprada, recorrendo ao caráter escatológico das coberturas sensacionalistas – crime, corpo, sangue e sexo.

Defendemos ser desnecessário recriar o crime na reportagem, sendo possível criar sensações ou narrar o acontecimento sem expor um corpo infantil que foi violentado. Ao fazer isso, o *CB* fixa nas páginas do jornal o sofrimento de Ana Lúcia, sem contrapô-lo a nenhuma outra memória da menina, que é reduzida às violências que sofreu, ainda que a dimensão de gênero dessas violências esteja ausente da cobertura. A produção não utiliza a fotografia da autópsia (como outras produções jornalísticas⁷ fazem), mas com as descrições é possível imaginar, com uma perturbadora riqueza de detalhes, o corpo (Gomes Barbosa, 2025). Essa operação narrativa reafirma que, muitas vezes, as mulheres têm seus corpos desrespeitados e violentados mesmo após a morte,

⁶ Optamos por não repetir as palavras usadas na descrição do crime para não revitimizar Ana Lúcia.

⁷ O episódio *Linha Direta Justiça* que reconstitui o caso Ana Lúcia Braga apresenta imagens explícitas do corpo. A matéria do *G1* Distrito Federal que marca os 45 anos do crime também traz imagens do corpo. Disponível em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/09/21/caso-ana-lidia-crime-que-chocou-brasilia-com-pleta-46-anos-cercado-de-misterios-relembre.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2026.

indicando “que aquele corpo, um corpo de menina, é menos que humano, pois o horror de sua morte é instrumento de commodificação, não de afeto e potência” (Gomes Barbosa, 2025, p. 176).

A tragédia como valor-notícia se insere na cobertura pelo suspense e pela violência, aqui perpetrados pelo próprio jornalismo ao recontar, minuciosamente, a violência sofrida pela menina, além de incitar o “mistério” do caso, advindo da falta de condenados. O caso, mesmo sem atualizações, retorna à mídia de tempos em tempos como uma ode ao crime sem solução, se apegando, como norte, ao critério noticioso da tragédia e do drama. Esse retorno, porém, é espiralar, na medida que em coberturas mais recentes a violência tem escalado e se tornado mais explícita (o suplício de Ana Lúcia não foi descrito com tantos detalhes na década de 1970, por exemplo).

A matéria quase não nos permite saber quem foi Ana Lúcia durante seus sete anos de vida para além de sua morte. A cobertura, de forma geral, é focada nas investigações e no julgamento, deixando Ana Lúcia, que deveria ser a personagem central da história, de lado. Ela é negligenciada na cobertura de sua própria morte e também nas matérias que relembram seu infanticídio. Sabemos, pelo especial, que ela tocava piano e que tinha uma boneca, mas do que ela gostava de brincar, seu prato preferido ou sua matéria predileta no colégio não há indícios. Ela não é humanizada, sua memória gira apenas em torno das violências que sofreu, nos impedindo de construir um imaginário para além da menina assassinada brutalmente; inclusive, em outras representações ela é sobre-humanizada, deixa de ser humana para se tornar santa (Silva, Justino e Gomes Barbosa, 2025).

Segundo Ferreira (2023, p. 33), mulheres vítimas de feminicídio são retratadas na mídia em formato de espetáculo da tragédia, “invalidando quem a mulher era para além de uma pessoa que foi morta”. A pesquisadora ainda reforça como os enquadramentos das matérias focam em partes escatológicas do crime para gerar comoção. Com isso, “elas acabam perdendo o direito a uma memória e a um luto dignos, sofrendo mais uma morte, com violações morais póstumas” (Ferreira, 2023, p. 33). O ato jornalístico de humanizar Ana Lúcia por meio de suas preferências, hobbies, não garante que a reportagem não será sensacionalista, mas é possível que lhe dê subjetividade, criando memórias sociais de quem era essa menina além do crime que a vitimou.

Além disso, os estereótipos de gênero também estão presentes. Ana Lídia é considerada uma vítima ideal, passível de ser reconhecida como vítima; segundo Wurdig, Roso e Souza, o contexto em que a violência é cometida, mas também os juízes de valor de uma mulher – aqui uma menina – produzem um entendimento acerca de

um comportamento civilizado por parte das mulheres, que se constitui a partir da castidade antes do casamento e fidelidade dentro dele. A partir disso, historicamente, constituímos crenças e suposições de que uma mulher que não respeita os padrões estabelecidos merece tudo o que recebe ou, pelo menos, pede (GRIFFIN, 1971). (Wurdig, Roso e Souza, 2022, p. 343)

Ana é uma vítima ideal. Suas características e comportamento são utilizados como termos para adjetivá-la nos textos: “menina bonita; menina meiga e super protegida”, reforçando os atributos que a sociedade reconhece ideais em uma menina, enfatizando sua inocência e pureza, utilizados como critérios de uma vítima passível de luto. Acrescenta-se aqui a interseccionalidade com a infância, já que não se espera que uma vida se finde antes de “começar”, pois crianças são tratadas como seres em construção e não humanos completos, com direitos, opiniões e necessidades que devem ser respeitadas. Ao mesmo tempo, a morte violenta fixa Ana Lídia nessa posição estereotipada de uma infância pura, maculada pelo mundo, e que pode ser pranteada.

Ainda que a cobertura original seja da década de 1970, as reemergências de Ana Lídia no jornalismo, como a efeméride de 2003, demandam abordagens também atualizadas. Nesse sentido, acreditamos que uma cobertura da vida de uma menina violentamente ceifada, para ser feita de forma completa e ética, deve recorrer a especialistas em gênero e infância, já que as coberturas de casos que envolvem assassinatos de meninas e mulheres tendem a reduzir o crime à violência, sem considerar as nuances de gênero dos feminicídios. O termo feminicídio não era corrente em 2003, mas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já tinha 13 anos de vigência e deveria incitar um foco para a cobertura, a partir dos direitos de crianças e adolescentes, além de uma humanização da menina por essa perspectiva.

Considerações finais

É possível perceber na cobertura da efeméride de 30 anos do caso Ana Lídia Braga que a menina, mais uma vez, não é protagonista de sua própria história, assim como acontece na cobertura do caso e em representações audiovisuais do

infantofeminicídio (Silva, Justino e Gomes Barbosa, 2025). A reportagem, além de não informar quase nada sobre Ana, não respeita a memória sobre seu corpo, retirando da menina sua privacidade e integridade física. Dentre todas as notícias analisadas durante a pesquisa, essa é a única que descreve a violência de forma detalhada, até mais que a cobertura de 1973.

Os critérios de noticiabilidade corroboram com o caráter sensacionalista, reforçando a necessidade de trazer violência e emoção aos jornais por meio do drama e da tragédia. Para além disso, o caso Ana Lídia Braga é tratado como uma raridade, como se a morte de meninas fosse algo extraordinário no cotidiano. Porém, além de serem frequentes, muitos desses crimes, depois de solucionados, perdem a visibilidade, como é o caso de Miriam Brandão. Apesar de utilizar características do jornalismo sensacionalista, a produção não é maniqueísta: não há um julgamento do bem e do mal que eleva Ana Lídia como divina e reduz os criminosos a algo não humano, algo recorrente na cobertura geral (Silva, Justino e Gomes Barbosa, 2025).

E, por fim, a narrativa sobre Ana Lídia nas páginas do jornal contribui, não só com o imaginário social dela, mas também com o de outras meninas vítimas de infantofeminicídios. Porém, não é possível saber sobre Ana para além de sua morte e dos suspeitos de assassiná-la, deixando para a sociedade rastros de uma menina violentada. As efemérides do caso Ana Lídia Braga não adicionam perspectivas de gênero e nem de infância ao discutir, novamente, seu assassinato. Ao reemergir o assunto da morte da menina, o marco de 30 anos ainda perpetua a violência sofrida, utilizando-a como artifício de evocar sensações de drama e terror.

Referências

- AMORIM, R. O mistério completa 30 anos. **Correio Braziliense**, Brasília, 07, set. 2003. p. 27 - 30.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- COBO TÉLLEZ, S. M. ¿Por qué diferenciar al feminicidio infantil?. **Revista Mexicana De Ciencias Penales**, v. 4, n.13, p. 11–26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.57042/rmcp.v4i13.423>. Disponível em: <https://revistacienciasinacipe.fgr.org.mx/index.php/02/article/view/423>. Acesso em: 20 jun. 2026.
- DE MELLO, R. A. Especificidades e interseções entre os conceitos de imaginários sociodiscursivos, imagem de si, estereótipos e representações sociais. **Simpósio Internacional**

de Ensino da Língua Portuguesa, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2012. Disponível em: https://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_256.pdf. Acesso em: 21 jun. 2026.

DORETTO, J; FURTADO, T. A “invasão” das crianças no discurso jornalístico: a representação não desejada da infância. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v.21, n.2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1471/1037>. Acesso em: 20 jun. 2026.

ENNE, A. L. O sensacionalismo como processo cultural. *Revista Eco-Pós*, [S. l.], v. 10, n. 2, 2009. DOI: 10.29146/eco-pos.v10i2.1018. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1018. Acesso em: 21 jun. 2026.

FERREIRA, Livia Kelly Labanca. **Quantas vezes se pode matar uma mulher morta?** Mulheres com deficiência e a cobertura jornalística sobre seus feminicídios. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, 2023. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/6349/5/MONOGRAFIA_QuantasVezePode.pdf. Acesso em: 7 jul. 2026.

FILIPPO, G; BORGES, F.; FILHO, J. T. O. Desdobramentos da violência de gênero sobre o texto televisivo: um estudo de três telejornais. In: LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A.; ANTUNES, E. (Org.). **Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra mulher no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020. Disponível em: https://nucleopiratininga.org.br/wp-content/uploads/2020/05/ProbCotid_C.pdf. Acesso em: 21 jun. 2026.

FURTADO, T. A; DORETTO, J. Criança cidadã?: os manuais de redação e as orientações sobre infância e adolescência. *Mídia e Cotidiano*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 32–54, 2020. DOI: 10.22409/rmc.v14i1.38436. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38436>. Acesso em: 7 jul. 2026.

GOMES BARBOSA, K.; SANTANA, A. De simulação desumanizadora a figurações críticas: reparar violências jornalísticas à Menina sem Nome. *Intexto*, Porto Alegre, n. 58, 2026. DOI: 10.19132/1807-8583.58.146807. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/146807>. Acesso em: 20 jun. 2026.

GOMES BARBOSA, K. Sobre ver/não ver imagens de meninas mortas. In: Bruno Souza Leal; Carlos Mendonça; Juliana Freire Gutmann. (Org.). **Corpos e(m) cena: articulações entre comunicação e experiência**. 1ed. Salvador: Editora UFBA, 2025, v. 1, p. 169-182.

GOMES, M. R. Os nomes da violência contra as mulheres: das narrativas no jornalismo. *Rumores*. São Paulo, v.5, n.29, p. 205 - 234, jan. - jun. 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/Rumores/pt_BR/article/view/185233. Acesso em: 20 jun. 2026.

JUSTINO, Ana Beatriz Nogueira; SILVA, Ana Luiza Rodrigues da; GOMES BARBOSA, Karina. Gênero, infância e violência: os assassinatos de Ana Lídia Braga e Miriam Brandão no Correio Braziliense e Estado de Minas. In: **Anais do 15º Encontro Nacional de História da Mídia**, Mariana, Anais eletrônicos, 2025. Disponível em: <https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-15o-encontro-2025/>. Acesso em: 21 jun. 2026.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate:** subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1. ed. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

SILVA, A. L. R. da; GOMES BARBOSA, K. Gênero e infância no podcast “Crimes que Abalaram Minas Gerais” sobre o caso Miriam Brandão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 2025. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/23/0622202514255368583ca1d2855.pdf> f. Acesso em: 7 jul. 2026.

SILVA, A. L. R. da; JUSTINO, A. B. N.; GOMES BARBOSA, K. Ana Lúcia Braga e Miriam Brandão: sensacionalismo, moralidade e simulações no jornalismo audiovisual. In: Anais do 15º Encontro de Jovens Pesquisadores em Jornalismo, 2025, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2025. Disponível em: <https://proceedings.science/jpjour-series/jpjour-2025/trabalhos/ana-lidia-braga-e-miriam-brandao-sensacionalismo-moralidade-e-simulacoes-no-jorn?lang=pt-br>. Acesso em: 20 Jun. 2026.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>. Acesso em: 21 jun. 2026.

SILVA, J. R. da. **Amordaçadas e ruidosas:** um estudo sobre estupro, assassinato e santidade de meninas no Brasil. Curitiba: CRV, 2013.

SOARES, R. de L. Texto jornalístico como discurso. In: **Apuração, redação e edição jornalística**. SILVA, G.; VOGEL, D.; SILVA, T. (org.) Florianópolis: Editora da UFSC, 2022. 174 p. ISBN 978-65-5805-072-8. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-072-8>. Acesso em: 21 jun. 2026.

WURDIG, K. K.; ROSO, A. R.; SOUZA, J. G. de. Cultura do estupro, ideologia e mídia: construindo estereótipos da “vítima ideal”. **Caderno Espaço Feminino**, v. 35, n. 1, p. 325-351, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/anogu/Downloads/14-Cultura+do+estupro%5EJ+ideologia+e+midia+REVISADO+pelas+autoras+\(1\)+\(5\).pdf](file:///C:/Users/anogu/Downloads/14-Cultura+do+estupro%5EJ+ideologia+e+midia+REVISADO+pelas+autoras+(1)+(5).pdf). Acesso em: 20 jun. 2026.